

LEGISLAÇÃO

1. Regime Jurídico dos Servidores Públicos.
2. Regime de Previdência.
3. Ética.
4. Direitos e deveres, de acordo com a Constituição Federal e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos.
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
6. Regulamentação de processos administrativos no âmbito da administração pública federal.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Título III Da Organização do Estado. Capítulo VII Da Administração Pública Seção I Das Disposições Gerais e Seção II dos Servidores Públicos. Brasília, DF: Senado, 1988. Versão atualizada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994. - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1171.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 19, de 04 de junho de 1998. Reforma do Estado e da Administração Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Reforma da Previdência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 47, de 06 de setembro de 2005. Reforma da Previdência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Reforma da Previdência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Versão atualizada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Lei Nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novem-

bro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Versão atualizada. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.887.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Versão atualizada. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Lei Nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Reestruturação dos Planos de Cargos e Carreiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11784.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. Lei Nº 13.135/2015, de 17 de junho de 2015. Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm, Acesso em 05/02/2016.